



PREFEITURA DE
CAAPORÃ
construindo uma nova história

GABINETE DO PREFEITO

Lei N-735/2018

Caaporã em 17 de Abril 2018.

REGULAMENTA PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO ÂMBITO MUNICIPAL EM CAAPORÃ/PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAAPORÃ, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a egrégia Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Considerando a Resolução nº 19, de 24 novembro de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social, que Institui o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, nos termos do §1º do art. 24 da Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, que corresponde à participação da política de assistência social no Programa Criança Feliz, criado pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016;

Considerando a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

Considerando a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

Considerando a Resolução nº 15, de 23 de agosto de 2016, do CNAS, que recomenda que todas as propostas de criação e implantação e/ou alteração de serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social sejam apreciados e aprovados pelos conselhos de assistência social em suas respectivas esferas;

Considerando Resolução Nº 01/2018 do Conselho Municipal de Assistência Social que aprova a Adesão do Município de Caaporã ao Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que corresponde à participação da política de assistência social no Programa Criança Feliz;

Considerando a Adesão do município no Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que corresponde à participação da política de assistência social no Programa Criança Feliz.

Monteiro

PREFEITURA DE
CAAPORÃ

construindo uma nova história

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÃ - PB
CNPJ 08.856.410/0001-51
RUA GALDINO VELOSO, 30 - CENTRO, CAAPORÃ - PB - 56.326-000



CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Art. 1.º - Fica Regulamentado o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que corresponde à participação da política de assistência social no Programa Criança Feliz, que tem como objetivos:

I - qualificar e incentivar o atendimento e o acompanhamento nos serviços socioassistenciais para famílias com gestantes e crianças na primeira infância beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF e Benefício de Prestação Continuada - BPC;

II - apoiar as famílias com gestantes e crianças na primeira infância no exercício da função protetiva e ampliar acessos a serviços e direitos;

III - estimular o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, em situação de vulnerabilidade e risco social, fortalecendo vínculos familiares e comunitários;

IV - fortalecer a presença da assistência social nos territórios e a perspectiva da proteção proativa e da prevenção de situações de fragilização de vínculos, de isolamentos e de situações de risco pessoal e social;

V - qualificar os cuidados nos serviços de acolhimento e priorizar o acolhimento em Famílias Acolhedoras para crianças na primeira infância, afastadas do convívio familiar, mediante aplicação de medida protetiva prevista nos incisos VII e VIII do art. 101, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

VI - desenvolver ações de capacitação e educação permanente que abordem especificidades, cuidados e atenções a gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias, respeitando todas as formas de organização familiar;

VII - potencializar a perspectiva da complementariedade e da integração entre serviços, programas e benefícios socioassistenciais;

VIII - fortalecer a articulação intersetorial com vistas ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância e o apoio a gestantes e suas famílias.

Parágrafo Único. Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou os 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

Art. 2.º O Programa Primeira Infância no SUAS tem como público famílias com gestantes e crianças na primeira infância, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, priorizando-se:

I – famílias com:

a) gestantes e crianças de até 36 (trinta e seis) meses beneficiárias do PBF;

b) crianças de até 72 (setenta e dois) meses beneficiárias do BPC; e

II - crianças de até 72 (setenta e dois) meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 1990, e suas famílias.

Montano



Art. 3.º Para a consecução dos objetivos do Programa Primeira Infância no SUAS tem-se como principais ações:

- I - visitas domiciliares;
- II - qualificação da oferta dos:
 - a) serviços socioassistenciais e fortalecimento da articulação da rede socioassistencial, visando assegurar a complementariedade das ofertas no âmbito do SUAS, dentre outras;
 - b) serviços de acolhimento, priorizando-se o acolhimento em famílias acolhedoras.
- III - fortalecimento da intersetorialidade nos territórios entre as políticas públicas setoriais, em especial assistência social, saúde e educação, e com Sistema de Justiça e de Garantia de Direitos;
- IV - mobilização, educação permanente, capacitação e apoio técnico.

Parágrafo Único. As ações do Programa Primeira Infância no SUAS serão desenvolvidas de forma integrada, observando-se as competências dos entes federados e a articulação intersetorial.

Art. 4.º Para atender a demanda do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que corresponde à participação da política de assistência social no Programa Criança Feliz, ficam criados os cargos de 01(um) Coordenador do Programa Criança Feliz - que atuará como supervisor (salário de R\$ 2.100,00) e 10 (dez) Visitador Municipal (salário de R\$ 1.000,00) – que atuará como visitador, que contribuirão para o funcionamento do referido serviço.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

SEÇÃO I DA SUPERVISÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Art. 5.º Ao Supervisor do Programa Criança Feliz compete:

- I. Viabilizar a realização de atividades em grupos com as famílias visitadas, articulando CRAS/UBS (Unidade Básica de Saúde), sempre que possível, para o desenvolvimento destas ações;
- II. Articular encaminhamentos para inclusão das famílias na rede, conforme demandas identificadas nas visitas domiciliares;
- III. Mobilizar os recursos da rede e da comunidade para apoiar o trabalho dos visitadores, o desenvolvimento das crianças e a atenção às demandas das famílias;
- IV. Identificar situações complexas, lacunas e outras questões operacionais que devam ser levadas ao debate no Comitê Gestor, sempre que necessário, para a melhoria da atenção às famílias.

Emontino



SEÇÃO II DO VISITADOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Art. 6.º Ao visitador do Programa Criança Feliz compete:

- I. Visitar as Famílias Beneficiárias do Programa;
- II. Observar os protocolos de visitação e fazer os devidos registros das informações acerca das atividades desenvolvidas;
- III. Consultar e recorrer ao supervisor sempre que necessário;
- IV. Registrar as visitas;
- V. Identificar e discutir com o supervisor demandas e situações que requeiram encaminhamentos para a rede, visando sua efetivação (como educação, cultura, justiça, saúde ou assistência social).

CAPÍTULO III DA SELEÇÃO E HABILITAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DOS CARGOS

Art. 7.º Para seleção da ocupação dos cargos criados pelo Programa Criança Feliz, o município realizará um Processo Seletivo Simplificado com base em avaliação curricular e entrevista, por excepcional interesse público.

Art. 8.º Para habilitação da ocupação dos cargos criados pelo Programa Criança Feliz, é obrigatório apresentar os seguintes requisitos:

- I. Para o cargo de Supervisor do Programa Criança Feliz é obrigatório ter formação superior completa. Preferencialmente com formação em Serviço Social, Psicologia ou Pedagogia;
- II. Para o cargo de Visitador do Programa Criança Feliz é obrigatório ter no mínimo Ensino Médio Completo.

Parágrafo Único. As exigências para ocupação dos cargos são determinadas pelo Governo Federal, através da Resolução nº 4, de 21 de outubro de 2016 – SNAS - MDS.

Assinatura



CAPÍTULO IV DA FONTE DE RECURSOS

Art. 8º Para as despesas do Programa Primeira Infância no SUAS - Programa Criança Feliz fica o Poder Executivo autorizado a criar Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão – Secretaria de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social.

Unidade – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Fonte de Recursos: 311 Recursos do FNAS.

Atividade – Manutenção do Programa Primeira Infância no SUAS.

31901100000 – o valor de R\$ 135.000,00

33901400000 – o valor de R\$ 5.000,00.

33903000000 – o valor de R\$ 78.000,00.

33903900000 – o valor de R\$ 35.000,00.

Art. 6.º Os recursos necessários à abertura do Crédito Adicional Especial serão provenientes da adesão do município ao Programa Primeira Infância no SUAS, com repasses diretos do Fundo Nacional para o Fundo Municipal.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de Abril de 2018.


CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO
Prefeito Municipal